

Curso/Disciplina: Direito tributário

Aula: Tributário - 22

Professor (a): Mauro Lopes

Monitor (a): Mônica Berçot El-Jaick

Aula 22

Direito tributário Constitucional

Sistema tributário nacional

Discriminação Constitucional de rendas

1- atribuição de competência tributária

2- repartição de receitas tributárias

Capacidade tributária ativa

Ao atribuir ao ente o poder de tributar, o legislador está atribuindo uma competência legislativa.

Tributos em geral são normas de rejeição geral. Dependem de sanção para se fazerem cumprir. Não basta, portanto, que o ente legisle. É preciso agir no plano administrativo. Essa competência administrativa é exatamente a capacidade tributária ativa. (Teoria dos poderes implícitos)

Assim dispõe o CTN:

Art. 7º A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do artigo 18 da Constituição.

§ 1º A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

§ 2º A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.

§ 3º Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

A partir do "salvo" já se trata de competência administrativa, situação em que pode haver delegação. Cabe ressaltar que também pode haver avocação da competência.

Também pode ocorrer outra situação: O ente arrecada e depois repassa aos destinatários finais, sem que estes cobrem por si próprios.

Lei 11.457 criou a super receita: O União avocou a capacidade tributária ativa relacionada a contribuição previdenciária, sistema s, etc... que eram arrecadadas pelo INSS e pelo FNDE, deixando a eles apenas a prestação do serviço. Assim, a União passou a arrecadar e posteriormente distribuir o valor. (O polo passivo de uma eventual ação judicial passa a ser a União, assim como a autora de uma execução fiscal).

Conceito de parafiscalidade

Situação em que a capacidade tributária ativa é delegada a um ente paraestatal (Ex. Autarquia). Esse ente possui a capacidade de arrecadar exatamente porque ele irá dispor do produto arrecadado. Até a edição da lei 11.457 as citadas contribuições eram parafiscais. Hoje temos como exemplo de parafiscalidade as Contribuições de interesse das categorias profissionais.

Importante compreender o parágrafo 3 do Art. 7 do CTN, trata-se da função de mero caixa arrecadador. O artigo afirma que não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos. Nesse caso não há que se falar em delegação de competência.

Por fim, destaca-se o Art. 8 do CTN que afirma que outro ente não pode exercer a competência tributária daquele ente a Constituição determinou, mesmo que este não a tenha exercido.